Opinião

Valor
ECONÔMICO

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretor de Redação: Celso Pinto

Diretores Adjuntos de Redação: Carlos Eduardo Lins da Silva e Vera Brandimarte

Conselho Editorial: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Flávio Pestana,

João Roberto Marinho, Luís Frias, Luiz Eduardo Vasconcelos, Merval Pereira, Otávio Frias Filho

Cartas de Leitores

Envie cartas para: av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP - E-mail: cartas@valor.com.br. As cartas e e-mails deverão conter nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados por limitação de espaço.

Paradoxo de Gini

“Em se tratando de desigualdade, combate à pobreza, são no mínimo estranhas as comparações e conclusões do professor Marcelo Côrtes Neri, publicadas em 06/03, à pág. A15. Ao avaliar a distribuição de renda pelo índice de Gini, entre a Índia (0,29) e o Brasil (0,59) concluiu que o primeiro é muito pobre, mas ‘razoavelmente igualitário’, enquanto o segundo está mais desigual. O que seria lícito aceitar, se na verdade a Índia não registrasse uma massa assombrosa de miseráveis, vivendo com US\$ 1 por dia, 52,2% da sua população, segundo o IDH da ONU de 1999. Enquanto que o Brasil registra um número de miseráveis vexatório, mas bem menor, 28,7% da população. Como aceitar o rematado absurdo que um país com a metade de excluídos seja mais justo, mais igualitário do que outro com apenas um terço deles? A questão deixa de ser de estatística para ser de aritmética elementar... Essa brutal distorção expressa, na realidade, o principal defeito do índice de Gini, ao considerar apenas os extremos da distribuição de renda — 20% dos mais pobres e 20% dos mais ricos, eliminando o que recebe a maioria absoluta da população, 60% — composta de trabalhadores e classe média. Claro, se o diagnóstico

socioeconômico está grosseiramente equivocado, o tratamento está sujeito a toda a sorte de propostas esdrúxulas. Chegaríamos mais perto da perfeição da igualdade, mais longe da iniquidade, segundo o professor Marcelo Côrtes Neri. Entretanto, o máximo, o ideal mais sublime da perfeita igualdade a ser perseguida pelo projeto do distinto Ph.D. será atingindo quando todos nós, os brasileiros, fôssemos miseráveis.”

MARX GOLGHER

Belo Horizonte, MG

Resposta do colunista Marcelo Côrtes Neri: *Desigualdade se refere a um conceito relativo. Isto é, estamos falando de dispersão da renda e não dos seus níveis absolutos. A distância entre estratos sociais na Índia é inferior àquela encontrada no Brasil. Agora, isto não significa que eu ache melhor morar na Índia. Pobreza se refere a uma medida absoluta de insatisfação de necessidades básicas. O Ipea demonstrou que 75% da população mundial vive em países com um PIB per capita inferior ao brasileiro. Tomando como base a média da nossa população, o Brasil não é um país pobre. Mas o Brasil possui muitos pobres justamente pela alta desigualdade de renda observada. Não é coincidência que nossos componentes do IDH ligados a longevidade e educação ainda estejam a patamares hondurenhos.*

Nem sempre a redução da desigualdade induz a ganhos sociais. Exemplo: durante o governo Colômbia, todos os estratos sociais perderam, mas os mais pobres perderam menos. De forma que apesar da maior igualdade, a pobreza explodiu. Nivelando por baixo o nível de bem-estar individual. Existem ainda situações nas quais a desigualdade aumenta apesar de todos estratos melhorarem as suas respectivas rendas. Neste caso, observaríamos uma melhora de bem-estar. Concordo que o índice de Gini possui defeitos. Mas considerar apenas os “20% dos mais pobres e 20% dos mais ricos” não figura entre eles.

Correção

• Diferentemente do que informou o título da reportagem “Cade multa Globo e manda liberar sinal à DirecTV”, publicada na edição de ontem, à pág. A3, a empresa não foi multada pelo órgão. Como informa o texto, o Cade não chegou a uma conclusão em razão de um pedido de vista da conselheira Hebe Romano.

• John Negroponte, escolhido pelo presidente George W. Bush para ser embaixador dos Estados Unidos na ONU, participou das negociações que levaram ao fim do envolvimento americano na Guerra do Vietnã, e não ao envolvimento do país no conflito, como foi informado no texto “Bush escolhe embaixador na ONU”, publicada quarta-feira, 07/03, à pág. A9.